

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Brasil Mineral nº2

Class.:

397

Data:

Dz. Jan. 84

Pg.:



ÁREAS INDÍGENAS

Abertura à pesquisa pode ser desastrosa

Logo depois que o presidente Figueiredo assinou o decreto n.º 88.985, de 10/11/83, disciplinando a atividade mineral em áreas indígenas, uma verdadeira avalanche de pedidos de alvarás de pesquisa nesses locais deu entrada ao DNPM.

Isso ocorreu porque o decreto, apesar de afirmar que a "exploração de riquezas minerais, em terras indígenas, observará as normas do Estatuto do Índio, a legislação sobre as atividades minerárias e as disposições desse decreto", e reiterar que as riquezas existentes no solo das terras indígenas somente serão exploradas por eles mesmos em exclusividade, abre, por outro lado, a possibilidade de autorizações de pesquisa e de concessões de lavra. Estas seriam dadas a empresas estatais da administração federal, somente em casos de minerais estratégicos e também, em casos excepcionais, considerado cada caso pela Funai e pelo DNPM, a empresas privadas nacionais dirigidas por brasileiros. Em todos os casos, permite-se apenas a lavra mecanizada.

O isolamento ameaçado

Se os indigenistas já tinham motivos de preocupação com a crescente invasão de terras indígenas por garimpeiros, a assinatura do decreto aumentou essa preocupação, a se julgar pelas notas de protesto que se seguiram ao ato. A comissão Pró-Índio de São Paulo divulgou no dia 11 de novembro, em Brasília, uma nota acusando a presença de empresas de mineração em áreas indígenas de "um remédio tão perigoso quanto a doença".

A comissão defende que, tanto a mineração quanto o garimpo, executados por pessoas estranhas às comunidades indígenas, devem ser coibidos. "A mineração e o garimpo nas

áreas indígenas significa a invasão desses territórios e a dizimação de grupos isolados, por doenças. Tudo isso ocorre em nome do lucro e, suspeita-se, de interesses eleitoreiros. É forte a pressão no Território de Roraima para que se abra o garimpo no Surucucu, em plena área habitada pelos índios Yanomami", diz a nota.

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), afirmou, em São Paulo, que "a corrida ao ouro e a outros minérios, na forma que se pretende, pode ser desastrosa para uma população como os Yanomami, especialmente aqueles quatro mil índios isolados que habitam a serra de Surucucus. A entrada de hordas de garimpeiros e/ou mineradoras sem conhecimento prévio da forma de vida, hábitos e da grande ameaça que representam contatos indiscriminados é uma afronta ao esforço dispendido pelas autoridades, na tentativa de reconhecer seu território como espaço vital".

Os Yanomami habitam o norte do Amazonas, noroeste de Roraima e sul da Venezuela e, em sua maioria, mantêm até hoje um isolamento quase total, por causa da topografia acidentada, que dificulta o acesso. A portaria ministerial de março de 1982, que interditava uma área de 7.700 mil hectares de terra para os Yanomami, foi uma medida de caráter provisório. Segundo a coordenadora da CCPY, Claudia Andujar, as invasões de garimpeiros na área de Surucucus começaram em 1975, depois que o mapeamento realizado pelo Radambrasil descobriu que havia cassiterita, ouro, diamante e vários tipos de minérios radioativos. No mesmo ano, centenas de garimpeiros entraram no território Yanomami, acompanhando a mineradora Além-Ecuador, que se instalou ilegalmente na área para explorar cassiterita. A situação

de confronto, explica Claudia Andujar, trouxe conflitos que acarretaram em mortes e, principalmente, doenças. O garimpo foi fechado, mas até hoje há índios que sofrem de tuberculose e doenças venéreas transmitidas na época.

Surucucus

Claudia Andujar denuncia também o projeto de lei de Mozarildo Cavalcanti, do PDS de Roraima, que pede a reabertura do Surucucus para exploração de cassiterita, oferecendo o lucro de 20% para a Funai. Aliás, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), já esteve recentemente em visita à área indígena, procurando um entendimento com respeito aos Yanomami — a empresa já possui autorização do DNPM para implantar uma lavra experimental. A companhia promete 5% dos lucros obtidos à Funai, e afirma que com a presença de uma empresa de mineração mecanizada, haverá possibilidade de controle total.

A coordenadora da CCPY é de opinião que, nesse caso, deve ser dado tempo ao povo Yanomami, para que os índios possam ter consciência do problema e decidir por eles mesmos. "Perguntar hoje seria um desrespeito total, porque eles dirão sim em troca de algumas panelas", afirma Claudia. Para ela, deveria ser feito um levantamento preliminar da existência de minérios no Brasil antes de "atacar as áreas indígenas, onde mora o pessoal mais indefeso". Depois do levantamento, explica, é que poderia ser estudado onde minerar sem destruir, ou destruir o mínimo possível um povo e uma cultura.

GARIMPO

Novos acidentes

Dezessete pessoas mortas e mais algumas dezenas de feridos. Esse foi o saldo deixado por quatro acidentes ocorridos nos meses de novembro e dezembro nos garimpos de Serra Pelada, (PA) Serra Sem Calças, (RO) Cachoeira (PA) e Maia (MG). Todos os acidentes foram provocados por deslizamento de barrancos, o que vem demonstrar as frágeis condições de segurança nas atividades de exploração.

O acidente de Serra Pelada levou o major-deputado Sebastião Curó a solicitar, juntamente com o senador Aloísio Chaves, o fechamento do garimpo, "até que se façam os rebaixamentos necessários para continuidade dos trabalhos". Atualmente, somente 20% do garimpo de Serra Pelada está funcionando e os técnicos do DNPM julgam que, para continuidade da lavra, será necessário remover cerca de 5 mil metros cúbicos de terra, o que exigiria um prazo mínimo de 16 meses. Assim, logo no início do ano o governo poderá determinar a interdição completa do garimpo, criando as condições para sua mecanização.

Na Bahia, o Departamento Nacional da Produção Mineral proibiu o uso de explosivos pelos garimpeiros que estão atuando na Serra dos Oliveiras. Com esta medida, o número de pessoas no garimpo diminuiu sensivelmente, pois o desmonte manual é muito difícil, em função da dureza do material.